

A INTERSECCIONALIDADE COMO APARATO TEÓRICO E METODOLÓGICO PARA A HISTÓRIA DAS MULHERES

INTERSECTIONALITY AS A THEORETICAL AND METHODOLOGICAL APPARATUS FOR WOMEN'S HISTORY

INTERSECCIONALIDAD COMO APARATO TEÓRICO Y METODOLÓGICO PARA LA HISTORIA DE LAS MUJERES

Jessica Santana de Assis Alves¹

Resumo

Este artigo tem como objetivo abordar as relações das categorias de gênero, raça e classe e sua articulação na análise histórica, mas precisamente na História das Mulheres. De maneira a compreender quais são as contribuições da interseccionalidade para a historiografia das mulheres. Isto é, como essa análise colabora para as atividades de pesquisa e para a reflexão teórica nesse campo. Para isso, abordaremos a introdução da categoria de gênero na análise histórica e as críticas tecidas a essa categoria a partir das inquietações do movimento feminista negro. Por fim, demonstraremos como as abordagens interseccionais contribuem para a historiografia das mulheres por meio de obras de Angela Davis (1981), Ana Maria Rios e Hebe Mattos (2004) e Giovanna Xavier (2012).

Palavras-chave: Interseccionalidade; História das Mulheres; reflexão teórica.

Abstract

This article has as objective boards the relations of the categories of type, race and class and his articulation in the historical analysis, but precisely in the History of the Women. In order to understand what are the contributions of intersectionality to women's historiography. That is, how this analysis contributes to research activities and to theoretical reflection in this field. For that, we will board the introduction of the category of type in the historical analysis and the criticism woven to this category from the concerns of the black feminist movement. For end, we will demonstrate like the approaches you intersplit up that they contribute to the historiography of the women through works of Angela Davis (1981), Ana Maria Rios and Hebe Mattos (2004) and Giovanna Xavier (2012).

Keywords: Interseccional; History of the Women; theoretical reflection.

Resumen

Este artículo tiene como consejos objetivos las relaciones de las categorías de tipo, raza y clase y su articulación en el análisis histórico, pero exactamente en la Historia de las Mujeres. Para entender cuáles son las contribuciones de la interseccionalidad a la historiografía de las mujeres. Es decir, cómo este análisis contribuye a las actividades de investigación y a la reflexión teórica

¹ Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Orientadora: Prof^a. Dr^a. Fabiane Popingis. E-mail: jessica315171@gmail.com.

en este campo. Para esto, alojaremos la introducción de la categoría de tipo en el análisis histórico y la crítica tejida a esta categoría de las preocupaciones del movimiento feminista negro. Para el final, nos manifestaremos como los enfoques que interparte que contribuyen a la historiografía de las mujeres a través de trabajos de Angela Davis (1981), Ana Maria Rios y Hebe Mattos (2004) y Giovanna Xavier (2012).

Palabras clave: Interseccionalidade; Historia de las Mujeres; reflexión teórica.

Introdução

Este artigo tem como objetivo abordar as relações das categorias de gênero, raça e classe e sua articulação na análise histórica, mas precisamente no campo da História das Mulheres. Essas categorias no decorrer do tempo foram sendo utilizadas nos diversos trabalhos historiográficos, em conjunto ou não. No que concerne à historiografia das mulheres, a categoria de gênero foi recepcionada ainda nas primeiras décadas visando análises mais refinadas. A categoria de classe perpassava as discussões, porém, a categoria de raça, como veremos no decorrer do artigo, alcançou relevância nas discussões a partir das reivindicações do feminismo negro.

Essas reivindicações propuseram uma articulação das três categorias. Articulação que revela uma multiplicidade de mulheres. Nesse sentido, propõe-se nesse artigo, compreender quais são as contribuições da interseccionalidade para a historiografia das mulheres? Isto é, refletir como o debate em torno das abordagens interseccionais colabora para as atividades de pesquisa e para a reflexão teórica nesse campo. Para sanar este questionamento, dividimos a exposição em três momentos. No primeiro momento abordaremos a introdução da categoria de gênero na análise histórica, perpassando pelo movimento inicial da historiografia das mulheres, as lacunas apresentadas e a necessidade de inserção da categoria para viabilizar uma abordagem mais analítica.

Na segunda parte do texto, apresentaremos as críticas tecidas à categoria analítica de gênero, a partir das inquietações do movimento feminista negro, introduzindo o conceito de interseccionalidade e suas possibilidades de análise. Por fim, para sanar o questionamento mote desse artigo, buscamos demonstrar a maneira que as abordagens interseccionais contribuem para a historiografia das mulheres na prática por meio da historiografia. Para isso, abordaremos as obras de Angela Davis (1981), Ana

Maria Rios e Hebe Mattos (2004) e Giovanna Xavier que analisam mulheres negras no período da escravidão e pós-abolição.

Introdução da categoria de gênero na análise histórica

Na década de 1970, a historiografia emergente realizou novas interpretações do passado. Interpretações que incluíam um grupo até então excluído, as mulheres. De acordo com Carla Bassanezi Pinsky (2009), a História das Mulheres foi inspirada por questionamentos feministas e mudanças historiográficas sobre a família, a sexualidade, o cotidiano e outros temas, adquirindo representação a partir da década de 1970.

O movimento feminista, de acordo com Joana Maria Pedro (2005), viveu algumas “ondas”. A primeira no final do século XIX centrada na reivindicação dos direitos políticos. Enquanto a segunda surgiu depois da Segunda Guerra Mundial e priorizou as lutas pelo direito ao corpo, ao prazer e contra o patriarcado. O segundo momento protagonizou justamente a criação da categoria de “gênero”, que era utilizada no interior dos debates para buscar explicações para a subordinação das mulheres. Inicialmente, o movimento feminista utilizava a categoria de “mulher” pensada em contraposição a do “homem”, questionando o universal masculino que não incluía as questões específicas da mulher. Sendo assim, eram utilizadas nas análises das fontes e na construção da narrativa as categorias “mulher”, “mulheres” e “condição feminina”.

A categoria de “gênero” tem sido utilizada desde década de 1970 pelas feministas americanas de maneira a acentuar o caráter social das distinções baseadas no sexo. Porém, o uso da categoria de gênero passou a estar mais presente na historiografia a partir das contribuições de uma das mais importantes teóricas sobre o uso da categoria de gênero em história: Joan Scott (SOIHET; PEDRO, 2007). A perspectiva da autora foi disseminada no Brasil pelo campo da História das Mulheres em decorrência da publicação da tradução do artigo *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* e até os dias de hoje os(as) historiadores(as) citam e compartilham das perspectivas do artigo em suas análises. Nesse estudo, Scott retoma a discussão teórica sobre o conceito de gênero e o articula à noção de poder, afirmando que o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e um primeiro modo de dar significado às relações de poder (SCOTT, 1989).

Ao reconhecer a importância do conceito de gênero no combate contra o determinismo biológico, os(as) historiadores(as) das mulheres propuseram a sua utilização no campo histórico, fazendo análises mais refinadas e aplicando uma descrição conceitualizada da vida das mulheres. A partir da adesão os estudos passaram a comparar homens e mulheres, masculino e feminino, e suas relações no decorrer do tempo, sublinhar as variações e estudar os processos de transformação (SCOTT, 1989).

A adoção da categoria de gênero na análise histórica perpassou por um momento em que os(as) historiadores(as) das mulheres estavam refletindo acerca das questões teóricas do campo, buscando sair de análises meramente descritivas para mais analíticas das mulheres. A categoria nesse sentido tornou-se um dos meios de viabilizar esta mudança.

De acordo com Pinsky (2009), a adoção da categoria de gênero pela historiografia perpassa por duas abordagens teórico-metodológicas. Uma desenvolvida dentro dos marcos da História Social e outra ligada ao pensamento pós-estruturalista. Na primeira abordagem, os(as) historiadores(as) inspiram-se na corrente historiográfica de vertente marxista, tomando como exemplo os(as) historiadores(as) Edward P. Thompson, Eric Hobsbawm, Natalie Davis e Michelle Perrot. Já na segunda abordagem os(as) pesquisadores(as) são influenciados por Michel Foucault e Jacques Derrida, tecendo críticas à História Social e sustentando uma nova epistemologia para os estudos históricos.

Uma das historiadoras defensoras da primeira abordagem é Louise Audino Tilly (1994) que considera os métodos da história social os mais adequados para o desenvolvimento das categorias de análise. A autora rebate as críticas realizadas por Joan Scott sobre a História Social reduzir as ações humanas a uma simples função das forças econômicas e fazer do gênero um dos seus subprodutos. Tilly (1994) esclarece que existe na análise dos(as) historiadores(as) sociais uma narrativa que respeita a iniciativa humana, que leva em conta o problema do ator social lançando mão do uso de documentos pessoais ou arquivos públicos que revelam tanto as existências individuais quanto as coletivas.

Enquanto Joan Scott (1989), historiadora defensora da abordagem associada a Foucault e Derrida, aponta a necessidade de uma epistemologia mais radical que forneça,

a partir do pós-estruturalismo, uma perspectiva analítica mais poderosa para os(as) estudiosos(as) que utilizam a categoria de gênero. Em suas palavras,

Precisamos rejeitar o caráter fixo e permanente da oposição binária, precisamos de uma historicização e de uma desconstrução autêntica dos termos da diferença sexual [...]. Se utilizarmos a definição da desconstrução de Jacques Derrida, esta crítica significa analisar no seu contexto a maneira como opera qualquer oposição binária, revertendo e deslocando a sua construção hierárquica, em lugar de aceitá-la como real, como óbvia ou como estando na natureza das coisas (SCOTT, 1989, p. 18-19).

A recomendação de Scott (1989) da desconstrução como método para contestar os paradigmas da história é outra tensão que perpassa as duas abordagens. Para Tilly, a desconstrução como método minimiza ou rejeita os métodos e as questões decisivas que transformaram profundamente a prática histórica e a história. Segundo ela,

Os apelos de Scott para fazer da desconstrução um método universal subtraem toda a importância das condições nas quais as relações de poder mudam e se transformam e correm perigosamente o risco de uma concepção funcionalista e tautológica da causalidade. É duvidosa a afirmação de Scott segundo a qual a desconstrução é uma teoria que pode contribuir para a explicação: a desconstrução é um método que permite a explicitação de significações ocultadas; não permite construir novas (TILLY, 1994, p. 50).

Porém, apesar das discordâncias entre as duas autoras e, dessa forma, das duas vertentes, ambas questionam a aplicação da categoria de gênero pela história, que aos seus olhos estava sendo utilizada para análises meramente descritivas na historiografia das mulheres. As duas autoras apontam a necessidade de passar da discussão descritiva para a analítica, utilizando a categoria de gênero de maneira a questionar os conceitos dominantes da disciplina histórica e se inserir nas outras histórias.

Portanto, a categoria de gênero tornou-se para a História das Mulheres uma maneira de analisar e entender a importância dos significados das relações entre homens e mulheres no passado. Bem como as mudanças e permanências dessas relações no decorrer do processo histórico, demonstrando que as concepções de masculino e feminino são construídas historicamente.

Articulação gênero, raça e classe

De acordo com Tilly (1994), toda vertente da história é herdeira de um contexto político, porém poucas têm uma ligação tão forte com um movimento social quanto a historiografia das mulheres. Ela afirma que, mesmo que os(as) historiadores(as) tenham sido ou não membros de organizações feministas, de grupos de conscientização, ou se definiam como feministas, seus trabalhos foram marcados pelo movimento feminista. Então, devemos levar em consideração aqui o feminismo negro, as apropriações da categoria de gênero para uma historiografia voltada para a escrita da história das mulheres negras e a abordagem das categorias de raça e classe nesse processo.

Flávia Biroli e Luís Felipe Miguel (2015) destacam três frentes do feminismo pós-década de 1970, o feminismo marxista, o feminismo negro e a terceira frente organizada a partir da noção de interseccionalidade. Segundo os autores, apesar de todas as frentes realizarem uma análise conjunta de gênero, raça e classe, elas variavam o peso relativo de cada uma das categorias, embora o uso de uma não significasse a suspensão das outras enquanto problema.

Dessa forma, os trabalhos feministas de abordagem marxista privilegiavam a intersecção gênero-classe. Enquanto isso, no feminismo negro, as categorias de gênero, classe e raça foram abordadas conjuntamente. Porém, Biroli e Miguel (2015) alertam que essa abordagem nem sempre se deu de forma a produzir um referencial que explicasse os entrelaçamentos das categorias. Isso só foi possível por meio da terceira frente, mesmo que esta reduzisse o peso da categoria de classe.

Diante da invisibilização da categoria de raça nos estudos feministas iniciais, mulheres negras militantes se propuseram a questionar as práticas excludentes, colocando em pauta as questões da mulher negra no movimento feminista e, ademais, requisitando lugar de fala no movimento negro. Essas mulheres negras militantes destacam a raça como categoria analítica que não estava presente nem mesmo nos trabalhos em que o foco era compreender a identidade das mulheres pobres ou nas relações entre as patroas e as empregadas (RODRIGUES, 2013).

Nas décadas de 1980 e 1990 foram diversos trabalhos publicados que contribuíram para o aprofundamento dos debates internos do movimento feminista e negro sobre a importância de se pensar gênero articulado com a raça e com o pertencimento racial. Boa parte das autoras que se dedicaram nessa empreitada foram Luiza Barros, Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Edna Roland, Jurema Werneck, Nilza Iraci e Matilde Ribeiro (RODRIGUES, 2013).

No seio dos questionamentos e abordagens da mulher negra é introduzido o conceito de interseccionalidade. Em 1989, Kimberlé Crenshaw realizou a metáfora da intersecção para enfatizar a existência de vários eixos de desigualdade. A autora diz o seguinte:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Para Crenshaw, assim como avenidas em uma grande cidade, os conceitos de raça, gênero e classe transcorrem de modo independente e contam, no entanto, com múltiplas e variadas intersecções. O conceito trata-se de dar significado a experiência de mulheres, cujas especificidades não tinham espaço nos debates feministas e do movimento negro inicialmente.

Lançar mão do conceito de interseccionalidade, nesse sentido, é fundamental para que os(as) pesquisadores(as) escapem de interpretações reducionistas. Embora a categoria gênero tenha se tornado para a História das Mulheres uma maneira de analisar e entender a importância dos significados das relações entre homens e mulheres no passado. O conceito de interseccionalidade assinala as limitações da categoria de gênero e revela a multiplicidade das mulheres, admitindo e entrelaçando outros elementos como raça e classe. Admitindo, assim, que a categoria de mulher não é universal, são mulheres e feminismos diversos.

Porém, como aplicar a interseccionalidade na análise histórica? Como entrelaçar ao gênero os elementos de raça e classe? De que maneira verificar as vulnerabilidades múltiplas? E, principalmente, como na prática a interseccionalidade contribui para a análise no campo da História das Mulheres? No próximo tópico, buscaremos, enfim, sanar essas questões.

Contribuições teóricas e metodológicas

Um alerta contra o perigo de se analisar a vida de mulheres lançando mão apenas da categoria de gênero é visível na obra de Angela Davis (2016) de 1981 sobre os legados da escravidão e a condição de mulheres negras escravizadas nos Estados Unidos. No decorrer da discussão, Davis demonstra que as mulheres negras escravizadas dificilmente eram vistas como mulheres no sentido corrente do termo, e que o sistema escravista suprimia a atribuição da feminilidade.

Segundo a autora, diante da crescente ideologia da feminilidade do século XIX, que destacava o papel das mulheres como mães, protetoras, esposas e donas de casa, as mulheres negras eram tidas como anomalias. Quando estas desfrutavam dos “benefícios” da ideologia da feminilidade na maioria das vezes eram como trabalhadoras domésticas na casa grande. Dessa maneira, a autora usa como ponto de partida para analisar a exploração da vida das mulheres negras escravizadas nos Estados Unidos a avaliação do seu papel como trabalhadoras, atuando lado a lado de homens na lavoura.

A condição de mulher, principalmente, lhes era atribuída na maternidade e na coerção sexual. O primeiro momento imerso pela opressão que as igualava mais a animais e meras reprodutoras do que mães. O segundo era uma expressão do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras que estavam na condição de trabalhadoras por meio do estupro. Nas palavras da autora:

A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas (DAVIS, 2016, p. 19).

Nesse sentido, o gênero necessita da reflexão de raça e classe para apreender as características de vida dessas mulheres escravizadas, o feminino só era atribuído a elas quando era conveniente e ainda assim era um feminino diverso da ideologia de feminilidade atribuída a outras mulheres, brancas e de condição social abastada. Dessa maneira, a análise de Davis indica claramente que as noções do feminino e masculino devem ser analisadas em articulação com outros elementos, levando em consideração a

cor e condição social, o que permite compreender as múltiplas desigualdades que perpassam e atingem todos os contextos.

Mas não é somente na análise de mulheres escravizadas que a interseccionalidade se faz útil. A tese de doutorado de Giovana Xavier (2012), a respeito de representações femininas presentes nas propagandas da indústria cosmética norte-americana no período entre 1890 e 1930, demonstra essa demarcação. Dentro de uma perspectiva que articula gênero, racialização, classe, cosmética e modernidade, a autora observa o que era ser uma “nova mulher negra” reconstruindo as representações destinadas ao feminino.

Um dos pontos principais da tese da autora para o que estamos discutindo aqui se trata da investigação do que Xavier descreve como processo de “racialização do gênero”. Processo que, lançando mão de imagens como a da mulher negra conhecida como Vênus de Hotentote, levou à canonização da mulher negra como uma mulher diferente, anormal, moralmente e humanamente inferior, com o corpo hiperssexualizado. Em suas palavras,

Esse complexo processo histórico de “treinamento” do corpo africano como um ícone da feiúra, do primitivismo, da agressividade e do descontrole é parte da construção imagética sincrônica de mulheres brancas e negras durante a escravidão moderna. Cabe dizer que a base de tal construção se desenvolveu através de uma racialização do gênero com dois objetivos: administrar o corpo das primeiras e conter aquele das segundas (XAVIER, 2012, p. 111).

A autora demonstra, a partir disso, a complexidade que envolve a reconstrução da feminilidade negra. Essa reconstrução perpassa a sobreposição entre gênero, raça e classe, em que extrapola o antagonismo branco *versus* negro e vincula outros aspectos para a compreensão da construção da mulher negra no período estudado.

Todavia, metodologicamente, como realizar essas análises? Tomando como exemplo a obra de Angela Davis, como ela investiga a vida das mulheres negras escravizadas? Como ela articula as categorias? A autora inicia o texto realizando um enfrentamento a uma historiografia da escravidão norte-americana que não empreendia uma abordagem mais realista para a compreensão da realidade da mulher escravizada, privilegiando as temáticas da promiscuidade, casamento e sexualidade, prestando assim atenção insuficiente às mulheres.

A partir disso, Davis (2016) aponta a necessidade da confecção de trabalhos historiográficos que resolvam as lacunas e mal-entendidos sobre a experiência das mulheres negras escravizadas, apontando na sua exposição algumas hipóteses para orientar um reexame da história dessas mulheres.

Nessa orientação a autora lança mão de entrevistas de ex-escravos(as), relatos de viajantes e de abolicionistas sobre as experiências de vida de mulheres negras escravizadas. Esses depoimentos são retirados de outras obras que abordaram a temática da escravidão. Além desses relatos, a autora também focaliza nessas obras os registros de nascimentos, cartas, regulamentos e processos-crimes.

O uso de relatos já mencionados por outros autores nos dá pistas dos caminhos metodológicos traçados pela autora. Davis (2016) lança outro olhar para aquelas fontes, lança outras perguntas que, mesmo que não estejam descritas no texto, fizeram parte do processo de escrita. A autora observa nesses relatos características que os outros autores não mencionaram ou o fizeram de maneira rasa. Davis observa os depoimentos e constrói uma narrativa que para ela se aproxima mais fielmente da realidade vivida pelas mulheres escravizadas.

O que provavelmente Angela Davis (2016) faz é o que Crenshaw (2002) aponta como um caminho para a análise da subordinação interseccional, isto é, a reformulação de perguntas. Para Crenshaw (2002), é necessário desenvolver novas metodologias que desvendem as formas como as variadas estruturas de subordinação convergem. Para isso,

o desenvolvimento da conscientização quanto à dimensão interseccional desses problemas poderia ser encorajado pela adoção de uma política de ‘fazer outras perguntas’, uma metodologia proposta pela teórica feminista Mari Matsuda (CRENSHAW, 2002, p. 183).

Essa metodologia proposta vai de encontro à espinha dorsal da construção do objeto histórico para o(a) historiador(a). Como diz Antoine Prost (2008, p. 75): “Não existem fatos, nem história, sem um questionamento; neste caso, na construção da história, as questões ocupam uma posição decisiva”. Prost afirma que, do ponto de vista epistemológico, a questão desempenha uma função fundamental, servindo, assim, para a construção do objeto histórico. Os historiadores bem já sabem que não é necessário o ineditismo da fonte para a construção do objeto histórico. Uma fonte já utilizada sempre pode ser explorada dependendo da questão direcionada a ela. Assim como vimos em

Davis, para observar múltiplas desigualdades no contexto escravista norte-americano, bastou a autora capturar os aspectos pertinentes nas fontes.

Sendo assim, a reformulação de perguntas é um primeiro passo importante para aplicar a interseccionalidade na análise histórica. Mas não é o único. Outro passo a se seguir é o cruzamento de fontes. Ana Maria Rios e Hebe Mattos (2004) apontam o problema das fontes para analisar o pós-abolição, nesse meandro afirmam haver um desaparecimento desde meados do século XIX de discriminação da cor de pessoas livres nos registros históricos disponíveis.

Processos cíveis e criminais, registros paroquiais de batismo, casamento e óbito, na maioria dos casos, não fazem menção da cor, e mesmo nos registros civis, instituídos em 1888, onde citar a cor era legalmente obrigatório, em muitos casos, ela se faz ausente (RIOS; MATTOS, 2004, p. 176).

Rios e Mattos também nos apontam a solução do problema. As autoras exploram como fonte principal os depoimentos orais de descendentes da última geração de escravos brasileiros, que foram produzidos por diferentes pesquisadores desde o centenário da abolição brasileira. Porém, realizaram o cruzamento das informações dos depoimentos com fontes cartoriais e paroquiais, possibilitando assim o preenchimento de lacunas que, se analisadas isoladamente, as fontes forneceriam.

Outros trabalhos das autoras, assim como artigos acadêmicos, monografias e dissertações resultantes do projeto “Memórias do cativo”, contemplam essa metodologia. Trabalhos que cruzam as fontes e traçam trajetórias buscando o nome dos entrevistados. No cruzamento das fontes, a busca pelo nome trata-se de mais uma ferramenta para trazer luz às questões da raça.

Sobre essa busca, no método onomástico proposto por Carlo Ginzburg (1989) compreende-se o nome como fio condutor da análise. De maneira que o nome não é somente um instrumento de identificação dos indivíduos nos documentos históricos, mas, para além disso, um elemento que aos poucos faz emergir as redes de relações que circunscrevem a vida dos indivíduos e possibilita a construção de uma imagem gráfica na qual está inserido. A partir de uma análise com maior atenção aos enquadramentos interseccionais, na busca pelo nome é possível encontrar mais informações e aprofundar

a verificação da cor dos indivíduos nos documentos. Observando, assim, para além das redes de relações as especificidades dos personagens estudados.

Aplicando as abordagens teóricas e metodológicas dos trabalhos que entrecruzam as categorias de gênero, raça e classe, ao analisar as mulheres devemos nos atentar às diversas estruturas de subordinação, de modo a levantar questionamentos que envolvam as categorias. Primeiramente, deve-se questionar que mulher é essa? Qual a sua dimensão de classe e as hierarquias que se constituem no interior da sua classe? Qual a sua cor? Quem são as mulheres que ocupam o mesmo espaço que ela? Há racismo atuando na determinação de quais mulheres podem ocupar este espaço? Essas questões proporcionam uma reflexão e compreensão da dinâmica de dominação e os diferentes padrões das desigualdades.

Deve-se também realizar o cruzamento das fontes disponíveis, atentando as origens, condição social e a cor. Esse recurso de pesquisa irá permitir a compreensão de que mulher é essa. Dependendo da resposta, irá se definir o rumo da pesquisa que pode ou não contribuir para a compreensão da história de mulheres negras. Evitando assim que a análise penda ao reducionismo, a uma verificação rasa.

Ademais, cabe ressaltar aqui que as múltiplas vivências também estão atreladas a outras questões como, por exemplo, o estado civil. A liberdade de ação das mulheres variava quando viúvas, solteiras ou casadas. Nesse sentido, há também outras variáveis para além de gênero, raça e classe que podem ser levadas em consideração e enriquecer a análise, geração, sexualidade, etnia, localização no globo etc. Essas também se fazem importantes na construção da posição social dos indivíduos (BIROLI; MIGUEL, 2015). Em suma, os estudos acima mencionados, demonstram o potencial da interseccionalidade como aparato teórico e metodológico para a historiografia das mulheres. Podemos, através deles, perceber na prática como a interseccionalidade possibilita a produção de novas formas de conhecimento sobre o mundo social.

Considerações finais

Em vias de conclusão, a interseccionalidade, antes de qualquer coisa, abre caminhos para a reflexão. Reflexão sobre o silenciamento da cor recorrente nos trabalhos historiográficos, que nós, enquanto historiadores(as), na maioria das vezes,

colocamos em segundo plano. A leitura mais aprofundada de trabalhos que se pautam na interseccionalidade gera diversas inquietações, mas, para além disso, proporciona uma reflexão teórica que deve cada vez mais inserir-se no campo da historiografia das mulheres. Afinal, de que mulheres estamos falando? Ao declarar e destacar a cor e condição social nesse meandro, contribuímos para a reflexão dos espaços ocupados por diversas mulheres.

As inquietações das feministas negras nos possibilitaram aprofundar a questão do gênero e compreender que as opressões são múltiplas e complexas. É difícil a tarefa de compreender profundamente as desigualdades impostas às mulheres analisando uma variável de maneira isolada. Portanto, as perspectivas contribuíram para revelar a articulação das múltiplas diferenças e desigualdades que atingem e transitam as mulheres negras.

Referências bibliográficas

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luís Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. *Mediações*, Londrina, v. 20 n. 2, p. 27-55, 2015.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos feministas*, Santa Catarina, ano 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de gênero e historia social. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 159-189, 2009.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *Topoi*, v. 5, n. 8, p. 170-198, 2004.

RODRIGUES, Cristiano. Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 10* (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Trad. Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Nova Iorque: Columbia University Press, 1989.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007.

TILLY, Louise A. Gênero, História das Mulheres e História Social. *Cadernos Pagú*, Campinas, v. 3, p. 29-62, 1994.

XAVIER, Giovana. *Branças de almas negras? Beleza, racialização e cosmética na imprensa negra pós-emancipação (EUA, 1890-1930)*. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.